

RELATÓRIO E CONTAS

31 de Dezembro de 2018

FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808

FIDELIDADE COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. - VIDA
(Sucursal da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.,
com sede em Portugal)

ÍNDICE

1.	Introdução	4.5	Provisões técnicas de resseguro cedido	4.12	Fundo de estabelecimento
2.	Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas	4.6	Valores a receber por operações de seguro	4.13	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro
3.	Relato por segmentos	4.7	Impostos sobre o rendimento	4.14	Custos de aquisição, líquidos de resseguro
4.1	Caixa e equivalentes de caixa	4.8	Acréscimos e diferimentos	4.15	Custos de aquisição, líquidos de resseguro
4.2	Activos financeiros disponíveis para venda	4.9	Provisões técnicas	4.16	Custos administrativos
4.3	Empréstimos e contas a receber	4.10	Outros credores por operações de seguro directo e outras operações	4.17	Outros rendimentos e gastos
4.4	Activos tangíveis e intangíveis	4.11	Acréscimos e Diferimentos	4.18	Partes relacionadas
				4.19	Gestão de risco
				4.20	Acontecimentos após a data de balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Meticais)

Notas	31 Dez. 2018			31 Dez 2017	
	Valor Bruto	Depre- ciações e Provisões	Valor Líquido		
ACTIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	64 267 409	-	64 267 409	62 506 112
Activos financeiros disponíveis para venda	4.2	15 015 984	-	15 015 984	5 527 157
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	4.3	19 668 520	-	19 668 520	6 869 027
Outros activos tangíveis e intangíveis	4.4	11 984 497	6 441 375	5 543 121	5 854 696
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão matemática	4.5	3 332 554	-	3 332 554	1 280 596
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	4.6	314 041	-	314 041	724 393
Contas a receber por outras operações	4.6	9 100	-	9 100	74 148
Activos por impostos					
Activo por impostos diferidos	4.7	99 497	-	99 497	276 098
Activo por impostos correntes	4.7	981 213	-	981 213	443 219
Acréscimos e diferimentos	4.8	170 003	-	170 003	1 989 731
Total do activo		115 842 818	6 441 375	109 401 442	85 545 178
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Passivo					
Provisões técnicas					
Provisão matemática	4.9			18 084 160	9 244 040
Outros credores por operações de seguros e outras operações					
Contas a pagar por operações de seguro directo	4.10			375 941	255 109
Contas a pagar por operações de resseguro	4.10			958 289	927 182
Contas a pagar por outras operações	4.10			34 407 822	33 437 071
Passivos por impostos					
Passivos por impostos correntes	4.7			317 179	320 120
Passivos por impostos diferidos	4.7			7 882	34 061
Acréscimos e diferimentos	4.11			2 944 137	4 138 088
Total do passivo				57 095 411	48 355 670
Capital Próprio					
Fundo de estabelecimento	4.12			195 000 000	153 000 000
Resultados transitados				(115 810 492)	(75 230 341)
Resultados do exercício				(26 883 477)	(40 580 151)
Total do capital próprio				52 306 031	37 189 508
Total do passivo e do capital próprio				109 401 442	85 545 178

CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Meticais)

Notas	Ramos Vida	Totais do exercício	Totais do período anterior	
GANHOS E PERDAS				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro				
Prémios brutos emitidos	4.13	14 867 969	14 867 969	9 371 663
Prémios de resseguro cedido	4.13	(3 671 941)	(3 671 941)	(2 538 361)
Custos com sinistros líquidos de resseguro:				
Montantes pagos		8 359 038	8 359 038	8 282 200
Montantes brutos	4.14	9 127 202	9 127 202	8 282 200
Parte dos resseguradores	4.14	(768 164)	(768 164)	-
Provisão matemática do ramo vida líquida de resseguro				
Provisão matemática (variação)	4.9	(10 447 713)	(10 447 713)	(8 773 724)
Provisão matemática, parte dos resseguradores (variação)	4.5	2 051 957	2 051 957	469 364
Custos de exploração líquidos				
Custos de aquisição	4.15	(14 953 587)	(14 953 587)	(19 143 797)
Custos de aquisição diferidos (variação)	4.9	1 607 593	1 607 593	1 286 237
Custos administrativos	4.16	(12 151 785)	(12 151 785)	(13 457 337)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.15	1 140 344	1 140 344	760 664
Custos com investimentos				
Custos de gestão dos investimentos	4.16	(2 792 000)	(2 792 000)	(2 875 793)
Outros rendimentos/gastos	4.17	2 303 207	2 303 207	(177 266)
Resultado antes de imposto		(26 733 054)	(26 733 054)	(40 822 188)
Impostos diferidos		(150 422)	(150 422)	242 037
Resultado líquido do exercício		(26 883 477)	(26 883 477)	(40 580 151)

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Meticais)

	Fundo de estabelecimento	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Balanço a 01 Janeiro de 2017	108 000 000	(28 021 318)	(47 209 023)	32 769 659
Aplicação de resultados de exercício anterior	-	(47 209 023)	47 209 023	-
Aumento do fundo do estabelecimento	45 000 000	-	-	45 000 000
Resultado líquido do exercício	-	-	(40 580 151)	(40 580 151)
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	153 000 000	(75 230 341)	(40 580 151)	37 189 508
Aplicação de resultados de exercício anterior	-	(40 580 151)	40 580 151	-
Aumento do fundo do estabelecimento	42 000 000	-	-	42 000 000
Resultado líquido do exercício	-	-	(26 883 477)	(26 883 477)
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	195 000 000	(115 810 492)	(26 883 477)	52 306 031

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	31 Dez. 2017	31 Dez. 2017
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado antes de imposto		(26 733 054)	(40 822 188)
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Varição nos activos operacionais		(15 951 751)	(11 295 364)
Varição nos passivos operacionais		12 080 436	22 399 827
Itens não-monetários incluídos no resultado antes de imposto			
Depreciações de activos tangíveis	4.4	894 056	816 465
Amortizações de activos intangíveis	4.4	1 960 438	1 842 055
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		(27 749 876)	(27 059 205)
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Compra de activos tangíveis	4.4	(3 000 000)	(17 153)
Compra de activos intangíveis	4.4	-	(289 732)
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	4.2	(9 488 827)	(4 727 157)
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento		(12 488 827)	(5 034 043)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Aumento do capital social		42 000 000	45 000 000
Caixa líquida gerada pelas actividades de financiamento		42 000 000	45 000 000
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		1 761 297	12 906 752
Caixa e equivalentes a 1 de Janeiro	4.1	62 506 112	49 599 360
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Dezembro	4.1	64 267 409	62 506 112

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 INTRODUÇÃO

A Fidelidade Companhia de Seguros, S.A. – Vida (doravante designada por Fidelidade ou Companhia), é uma filial da entidade legal estrangeira, Fidelidade Companhia de Seguros Portugal, que tem a sua sede em Portugal, tendo sido constituída em Moçambique a 19 de Agosto de 2014 e iniciado a sua actividade em Dezembro de 2014.

A Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., tem como objecto social o exercício da actividade de seguros no Ramo Vida.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem o resultado das suas operações para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2018.

2 BASES DE PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), relativas à contabilização das operações das companhias de seguros em Moçambique.

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção Geral da Fidelidade Vida, em 22 de Abril 2019, e integram as demonstrações financeiras da Fidelidade Companhia de Seguros S.A. sediada em Portugal.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional e de apresentação da companhia é o Metical. Todos os montantes apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para a unidade do Metical mais próxima.

2.4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Meticais à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

A tabela a seguir apresenta as principais taxas de câmbio aplicadas durante o exercício:

	31 Dez. 2018		31 Dez. 2017	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano (USD)	60,85	62,07	58,20	59,36
Euro (EUR)	69,53	70,92	69,74	71,13

b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis à Companhia:

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção em manter por tempo indeterminado ou são designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através de ganhos e perdas em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em ganhos e perdas.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A Fidelidade avalia, em cada data de relato, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transacção reconhecidos em ganhos e perdas.

O desreconhecimento dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Fidelidade tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capital próprio até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capital próprio é transferido para ganhos e perdas.

Para os activos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer perda por imparidade registada por contrapartida de ganhos e perdas.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

c) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A Fidelidade classifica os passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transacção reconhecidos em ganhos e perdas.

O desreconhecimento do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em ganhos e perdas.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na conta de ganhos e perdas aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

d) Resseguro

No decurso da sua actividade a Fidelidade cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

e) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

f) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

h) Provisões não técnicas

A Companhia constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e esta possa ser determinada com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Companhia no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vias úteis:

	%
Equipamento administrativo e social	10-25 %
Equipamentos de transporte	25 %
Ferramentas e Utensílios	10 %
Equipamentos de informática	25 %
Obras em Edifícios Arrendados	10 %

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido quando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

A Fidelidade efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

j) Imparidade de Activos não financeiros

A Companhia avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a Companhia estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a Companhia reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário deverão permanecer ao custo.

k) Locações

A determinação de se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o locatário todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade são registadas no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 (h) e registada como gasto na Conta de Ganhos e Perdas dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

l) Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados a ganhos e perdas na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

m) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício económico, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

n) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, co-seguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do período, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão matemática

A provisão matemática dos seguros do ramo Vida corresponde ao valor dos compromissos assumidos pela Companhia, incluindo as participações nos resultados, líquido do valor actuarial dos prémios futuros. As taxas de desconto consideradas têm como referência a taxa de risco de mercado em que a Companhia se encontra.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada com base na legislação em vigor. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, a provisão é calculada pelo correspondente a 1% dos custos com sinistros ocorridos e declarados no exercício.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

o) Relato por segmentos

A Companhia reporta de acordo com a sua organização de unidades de negócio, nomeadamente: o ramo vida, os investimentos e a área não técnica.

2.5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CONTABILÍSTICOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Direcção Geral efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela Direcção Geral são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Continuidade das Operações

O exercício de 2018 foi o quarto ano completo de actividade da Fidelidade, mantendo-se ainda os efeitos do elevado investimento efectuado no arranque da operação, dando origem a que os custos de exploração sejam superiores aos prémios adquiridos.

Em referência a 31 de Dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de 142.693.969 Meticais (2017: 115.810.492 Meticais), incluindo um resultado líquido do exercício negativo de 26.883.477 Meticais.

A Fidelidade encontra-se em conformidade com o artigo 54º do Decreto 30/2011, de 11 de Agosto, que estabelece que as sucursais de seguradoras com sede fora da República de Moçambique deverão ter, permanentemente, uma margem de solvência disponível suficiente em relação ao conjunto das suas actividades na República de Moçambique. Efectivamente, a Margem de Solvência apresenta-se, em referência a 31 de Dezembro de 2018, suficiente em 11.863.651 Meticais, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 130,4%.

A Sucursal da Fidelidade reforçou o seu Fundo de Estabelecimento ao longo do ano de 2018 no montante de 42.000.000 Meticais, passando de 153.000.000 Meticais para 195.000.000 Meticais, antecipando assim maior parte do esforço financeiro e o prazo de 3 anos previsto no Decreto n.º39/2018, para o cumprimento do novo Fundo de Estabelecimento mínimo para as Sucursais que exploram o Ramo Vida, fixado em 196.000.000 Meticais.

Assim, a Fidelidade visa assegurar os meios para um crescimento sustentável, enfocando a sua estratégia de crescimento na realização de operações sólidas e sustentáveis no futuro, assente na concretização de parcerias que permitam atingir os objectivos propostos.

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

(i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;

(ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;

(iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;

(iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos segurados. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da Companhia, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A Companhia procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que a Fidelidade é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda pela Direcção Geral, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão periódica.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que a Direcção Geral efectue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.6 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício de 2018 e 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeitos de comparabilidade deste exercício.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

3 RELATO POR SEGMENTOS

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de ramo vida, investimentos e área não técnica.

A definição destes segmentos de negócios foi efectuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

O Balanço por segmentos de negócio, que apresentamos abaixo, evidenciando a sua ligação com o Balanço global da Companhia, foi elaborado, com excepção dos Activos Financeiros, das Provisões Técnicas e Resultado Antes de Impostos (que já estavam registados por ramos de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio as percentagens das provisões técnicas líquidas de resseguro de cada um dos segmentos.

4.6 VALORES A RECEBER POR OPERAÇÕES DE SEGURO

Os valores a receber por operações de seguro são analisados como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)	31 Dez. 2018	31 Dez. 2017
Valores a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguros	314 041	724 393
Valores a receber por outras operações		
Outras Operações	9 100	74 148
	323 141	798 540

4.7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)	31 Dez. 2018	31 Dez. 2017
Imposto corrente	1 298 392	763 339
Imposto diferido	91 615	-
	1 390 007	763 339

A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da Fidelidade Vida com referência aos anos de 2018 e 2017, assim como o movimento dos impostos diferidos encontram-se traduzidos nos quadros seguintes:

	2018		2017	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes do imposto		(26 733 054)		(40 822 188)
Imposto a pagar a taxa normal	32,00%	(8 554 577)	32,00%	(13 063 100)
Correcções fiscais				
Amortizações não aceites como custo fiscal	(0,08%)	20 641	(0,22%)	91 359
Despesas com publicidade para além dos limites legais	0,00%	-	(0,06%)	26 114
Multas, coimas, juros comp. e demais encargos prática de infracções	(0,02%)	1 546	(0,00%)	103
80% das despesas de representação	(2,78%)	237 442	(1,07%)	434 981
50% de ajudas de custos e de compensação pela utilização de viatura do trabalhador	(0,08%)	7 121	(0,03%)	14 158
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	(0,28%)	24 046	(0,14%)	55 310
Menos-valias contabilísticas	(0,36%)	30 856	0,00%	-
Mais-valias fiscais	(0,06%)	16 587	0,00%	-
Total	30,73%	(8 216 338)	30,48%	(12441 075)
Prejuízos fiscais	0,00%	-	56,75%	(23 166 263)
Total	0,0%	-	177,34%	(23 166 263)
Deduções:				
Pagamento especial por conta	0,00%	-	0,05%	(19 200)
Ret. na fonte (art. 67 do CIRPC)	0,00%	-	0,30%	(122 630)
Mais-valias contabilísticas	0,06%	(16 587)	0,00%	-
Mas-valias fiscais	0,12%	(30 856)	0,00%	-
Total das deduções	0,18%	(47 443)	0,35%	(141 830)
Imposto a pagar/a recuperar	(30,91%)	(8 263 781)	(87,57%)	(35 749 168)

Os prejuízos fiscais apresentam-se como segue:

2018: 25.824.317 Meticais | **2017:** 38.878.360 Meticais | **2016:** 45.872.694 Meticais | **2015:** 25.928.311 Meticais | **2014:** 593.566 Meticais.

Os impostos correntes decompõem-se da seguinte forma:

(Montantes expressos em Meticais)	31 Dez. 2018	31 Dez. 2017
Activos por impostos correntes		
IRPC	981 213	443 219
	981 213	443 219
Passivos por impostos correntes		
IRPS	289 058	291 153
INSS	15 235	13 248
Imposto de selo	6 316	8 402
Taxa de supervisão	6 570	7 316
	317 179	320 120

Os impostos diferidos decompõem-se da seguinte forma:

	Demonstração de resultados			
	01 Jan. 2018	Perdas	Ganhos	31 Dez. 2018
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio não realizadas	276 098	(176 601)	-	99 497
	276 098	-	-	99 497
Passivos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio não realizadas	(34 061)	-	26 178	(7 882)
	(34 061)	-	26 178	(7 882)
				91 615

(Montantes expressos em Meticais)

	Demonstração de resultados			
	01 Jan. 2017	Perdas	Ganhos	31 Dez. 2017
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio não realizadas	-	-	276 098	276 098
	-	-	276 098	276 098
Passivos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio não realizadas	-	(34 061)	-	(34 061)
	-	(34 061)	-	(34 061)
				242 037

4.8 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Esta rubrica apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)	31 Dez. 2018	31 Dez. 2017
Acréscimos e diferimentos		
Seguros diferidos	9 344	1 664
Rendas e alugueres	159 593	138 083
Outros gastos diferidos	1 065	1 849 985
	170 003	1 989 731

4.9 PROVISÕES TÉCNICAS

A rubrica de provisões técnicas compreende a provisão matemática e apresenta-se como segue:

	31 Dez. 2018		
	Prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão Matemática
Vida Risco Individual	21 214 168	(3 130 008)	18 084 160
	21 214 168	(3 130 008)	18 084 160
	31 Dez. 2017		
	Prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão Matemática
Vida Risco Individual	10 766 455	(1 522 415)	9 244 040
	10 766 455	(1 522 415)	9 244 040

4.10 OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO E OUTRAS OPERAÇÕES

Os valores a receber por operações de seguro são analisados como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)	31 Dez. 2018	31 Dez. 2017
Valores a pagar por operações de seguro directo		
Mediadores	375 941	255 109
Resseguro	958 289	927 182
Valores a pagar por outras operações		
Fidelidade Portugal	27 842 560	22 481 702
Fidelidade Não - Vida	6 189 979	10 633 261
Outras operações	375 282	322 108
	35 742 053	34 619 362

Os valores a pagar por outras operações apresentam-se na nota 4.17 relativa às partes relacionadas.

4.11 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os acréscimos e diferimentos apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)	31 Dez. 2018	31 Dez. 2017
Provisão para prémios desempenho	2 061 606	4 049 602
Outros acréscimos de custos	882 530	88 486
	2 944 137	4 138 088

4.12 FUNDO DE ESTABELECIMENTO

O fundo de estabelecimento encontra-se totalmente subscrito e realizado, no montante de 195.000.000 Meticais (2017: 153.000.000 Meticais).

4.13 PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2018			2017		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Valor líquido de resseguro	Seguro directo	Resseguro cedido	Valor líquido de resseguro
Vida Risco Individual	18 539 909	(3 671 941)	14 867 969	11 910 024	(2 538 361)	9 371 663
	18 539 909	(3 671 941)	14 867 969	11 910 024	(2 538 361)	9 371 663

4.14 CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2018			2017		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Valor líquido de resseguro	Seguro directo	Resseguro cedido	Valor líquido de resseguro
Vida Risco Individual	9 127 202	(768 164)	8 359 038	8 282 200	-	8 282 200
	9 127 202	(768 164)	8 359 038	8 282 200	-	8 282 200

4.15 CUSTOS DE AQUISIÇÃO, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos de aquisição, líquidos de resseguro apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2018			2017		
	Custos de aquisição	Comissões de Resseguro	Custos de aquisição líquidos de Resseguro	Custos de aquisição	Comissões de Resseguro	Custos de aquisição líquidos de Resseguro
Vida Risco Individual	14 953 587	(1 140 344)	13 813 243	19 143 797	(760 664)	18 383 133
	14 953 587	(1 140 344)	13 813 243	19 143 797	(760 664)	18 383 133

4.16 CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Os custos administrativos são analisados como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2018	2017
Gastos com pessoal	21 902 427	28 120 360
Remuneração do pessoal	18 526 015	25 126 207
Encargos sobre as remunerações	1 097 097	1 375 367
Outros gastos com pessoal	2 279 315	1 618 786
Fornecimentos e serviços de terceiros	10 335 870	11 197 474
Combustível	150 289	187 681
Auditoria e consultoria	4 027 863	2 292 211
Rendas e alugueres	775 090	874 755
Ferramentas e utensílios	70 599	11 214
Comunicação	-	88 732
Despesas de deslocação	1 250 162	3 251 750
Material de escritório	33 526	258 805
Publicidade e propaganda	51 355	182 930
Seguros	76 600	85 700
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	3 900 386	3 963 695
Impostos e Taxas	40 497	40 622
Depreciações e amortizações	2 919 035	2 658 521
Comissões	27 991	-
	35 225 818	42 016 976

A 31 de Dezembro de 2018, a Companhia procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma:

(Montantes expressos em Meticais)

	Sinistros	Aquisição	Investimentos	Adminis-trativos	Total
Custos com pessoal	4 785 891	9 615 437	1 531 750	5 969 349	21 902 427
Fornecimentos e serviços de terceiros	2 355 138	2 432 475	961 739	4 586 518	10 335 870
Impostos e taxas	11 428	11 428	3 809	13 832	40 497
Depreciações e amortizações	875 710	875 711	291 904	875 711	2 919 035
Comissões	8 397	8 397	2 799	8 397	27 991
	8 036 564	12 943 448	2 792 000	11 453 806	35 225 818

A 31 de Dezembro de 2017, a Companhia procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma:

(Montantes expressos em Meticais)

	Sinistros	Aquisição	Investimentos	Adminis-trativos	Total
Custos com pessoal	4 987 377	13 825 444	1 643 188	7 664 351	28 120 360
Fornecimentos e serviços de terceiros	2 490 229	3 220 237	964 407	4 522 601	11 197 474
Impostos e taxas	12 184	12 190	4 061	12 187	40 622
Depreciações e amortizações	792 410	792 410	264 137	809 564	2 658 521
	8 282 200	17 850 281	2 875 793	13 008 702	42 016 976

4.17 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

Os outros rendimentos e gastos apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2018	2017
Outros rendimentos		
Diferenças de câmbio favoráveis	4 193 103	544 233
Títulos de dívida	122 339	44 150
Juros de depósitos	3 115 067	684 275
Outros rendimentos	51 853	3 033
	7 482 362	1 275 692
Outros gastos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4 270 202)	(1 262 777)
Outros gastos	(908 953)	(190 181)
	(5 179 155)	(1 452 958)
Outros rendimentos/gastos	2 303 207	(177 266)

4.18 PARTES RELACIONADAS

Os saldos com as partes relacionadas apresenta-se como seguem:

(Montantes expressos em Meticais)

	31 Dez. 2018	31 Dez. 2017
Fidelidade Portugal	27 842 560	22 481 702
Fidelidade Não - Vida	6 189 979	10 633 261
	34 032 540	33 114 963

4.19 GESTÃO DE RISCO

A gestão dos riscos é assumida como um dos pilares da Companhia no suporte a uma estratégia de crescimento sustentável. Assim sendo, um dos principais objectivos da Companhia é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, accionistas, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, a Companhia adopta uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

Risco de mercado

As principais componentes do risco de mercado são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas USD. A Companhia procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

Refira-se que parte substancial da exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio está relacionada com as posições detidas nos contratos de resseguro e na regularização de sinistros associados a contratos de seguro negociados em divisa.

A tabela abaixo sumariza para as rubricas acima o impacto nos resultados da Companhia de uma variação das taxas de câmbio:

(Montantes expressos em Meticais)

2018	Metical	USD
Activo	88 003 837	21 397 606
Passivo	36 283 420	20 811 991
Posição líquida	51 720 417	585 615
5%	2 586 021	29 281
-5%	(2 586 021)	(29 281)

(Montantes expressos em Meticais)

2017	Metical	USD
Activo	63 471 320	22 073 858
Passivo	24 518 717	23 836 953
Posição líquida	38 952 603	(1 763 095)
5%	1 947 630	(88 155)
-5%	(1 947 630)	88 155

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:

- parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro,
- parte dos resseguradores nos custos com sinistros,
- valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro,
- valores a receber de mediadores de seguro, e
- risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

A Companhia procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a Companhia apresenta níveis de ajustamentos prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Companhia não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades da Companhia. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

A tabela abaixo indica as maturidades dos perfis dos activos e passivos financeiros:

(Montantes expressos em Meticaís)

31 Dez. 2018	À vista	Menos de 3 Meses	3 a 12 Meses	Total
Activos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	64 267 409	-	-	64 267 409
Activos financeiros disponíveis para venda	-	15 015 984	-	15 015 984
Empréstimos e contas a receber	-	19 668 520	-	19 668 520
Outras contas a receber	-	9 100	-	9 100
	64 267 409	34 693 604	-	98 961 014
Passivos financeiros				
Contas a pagar de Resseguro	-	958 289	-	958 289
Outras a pagar por outras operações	-	34 407 822	-	34 407 822
	-	35 366 111	-	35 366 111
	64 267 409	(672 507)	-	63 594 902

31 Dez. 2017	À vista	Menos de 3 Meses	3 a 12 Meses	Total
Activos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	62 506 112	-	-	62 506 112
Activos financeiros disponíveis para venda	-	5 527 157	-	5 527 157
Empréstimos e contas a receber	-	-	6 869 027	6 869 027
Outras contas a receber	-	74 148	-	74 148
	62 506 112	5 601 305	6 869 027	74 976 444
Passivos financeiros				
Outras contas a pagar	-	927 182	-	927 182
Outras a pagar por outras operações	-	33 437 071	-	33 437 071
	-	34 364 253	-	34 364 253
	62 506 112	(28 762 949)	6 869 027	40 612 191

Risco operacional

Uma série de causas associadas aos processos da companhia, o pessoal, a tecnologia e infra-estrutura e riscos de liquidez, tais A Companhia emite contratos que transferem o risco do seguro.

O risco de um contrato de seguro é a possibilidade de ocorrência duma perda e a incerteza do montante do crédito que dela resultem. Pela própria natureza do contrato de seguro, esse risco é aleatório e, portanto, imprevisível.

Para uma carteira de contratos de seguro o principal risco para a Companhia é que os pedidos de pagamentos de benefícios excedam o valor contabilístico do passivo das seguradoras. Isso pode ocorrer porque a frequência ou a gravidade dos sinistros e os benefícios são maiores que o estimado.

Os casos segurados são aleatórios, o número real e o montante das reclamações e dos benefícios variam de ano para ano.

A experiência mostra que quanto maior a carteira de contratos de seguro similares, menor será a variação relativa no resultado a carteira. A Companhia adoptou, como sua estratégia de subscrição, diversificar o tipo de seguro do risco aceitável por forma a reduzir a variabilidade dos resultados esperados. Há também o uso de contratos de resseguro para mitigar o risco operacional.

A Companhia compra resseguro como parte de seu programa de mitigação de riscos. Resseguro cedido é disposto tanto na base proporcional com não proporcional. A disposição do resseguro é diversificada de forma que não seja dependente de uma única resseguradora nem que as operações da companhia dependam de um único contrato de resseguro.

4.19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Companhia que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

Incerteza Material Relacionada com a Continuidade

Chamamos a atenção para a Nota 2.5 das demonstrações financeiras, a qual refere que, em referência a 31 de Dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de 142.693.969 Meticaís (incluindo um resultado líquido do exercício negativo de 26.883.477 Meticaís). Esta situação, indica que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em se manter em continuidade. Contudo, chamamos a atenção para o facto da Sede continuar a suportar o desenvolvimento da actividade da Companhia, tendo para o efeito efectuado, no decorrer dos últimos exercícios, reforços do fundo de estabelecimento que ascendem a 128.000.000 Meticaís, e de o rácio de cobertura da margem de solvência na ordem dos 130%, ultrapassando os mínimos exigidos legalmente (100%).

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidade da Direcção Geral pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os Princípios Contabilísticos em vigor em Moçambique para o Sector dos Seguros - Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a Direcção Geral é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a Direcção Geral tenha a intenção de liquidar a Companhia ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

A Direcção Geral é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Companhia.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Direcção Geral.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela Direcção Geral, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Companhia em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Companhia descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com a Direcção Geral, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos à Direcção Geral que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos à Direcção Geral, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33)

Maputo, 23 de Abril de 2019

RELATÓRIO AUDITOR INDEPENDENTE



Aos accionistas da Fidelidade Companhia de Seguros, S.A. - Vida

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Fidelidade Companhia de Seguros, S.A. - Vida (a Companhia), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018 e a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com Princípios Contabilísticos em vigor em Moçambique para o Sector dos Seguros - Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro.

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Companhia de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.